

# MEMÓRIAS DA DITADURA NA AMAZÔNIA ORIENTAL: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES E HOMENS NEGROS EM TEMPOS DE GUERRILHA<sup>1</sup>

JANAILSON MACÊDO LUIZ<sup>2</sup>

Em tempos como os atuais, em que a sociedade brasileira volta a mirar de frente a ampla difusão de discursos autoritários, e torna a ver o Exército ser acionado para a ocupação dita emergencial de territórios historicamente postos à margem das políticas públicas, torna-se fundamental trazer mais uma vez à discussão um dos episódios mais doloridos de nossa história; fruto de outros tempos: tempos de guerra fria, tempos de ditadura, tempos de guerrilha.

Mas por que voltar à Guerrilha do Araguaia, tema por demais discutido em livros, artigos, teses, documentários e outras produções? Por que revolver de *forma tateante*, para usar a metáfora benjaminiana (BENJAMIN, 1987), um terreno já tão amplamente escavacado? Talvez, como ensaio de resposta, o melhor seja usar outros questionamentos: esse retorno constante ao terreno da Guerrilha não se torna relevante justo pela sua fertilidade quanto a questões que vivenciamos em nosso tempo presente? Ou, em outros termos, revolver as heranças da Guerrilha não se torna ainda tão oportuno justamente por não termos conseguido compreender, nem superar, enquanto sociedade, os efeitos nocivos das violências, silêncios e estratégias de esquecimento que marcaram aquele episódio e o regime que o tornou possível?

Entre 1972 e 1974, período duração da Guerrilha, o Brasil vivia seus *anos de Chumbo*, mas também seus *anos de Ouro* (REIS, 2005); era um momento em que os paradoxos da nossa *modernização autoritária* (MOTTA, 2014), sob tutela do regime militar, se faziam presentes nos mais diversos recantos do país, ganhando contorno especial na região amazônica. “Chega de lendas, vamos faturar!” dizia, por exemplo, um dos cartazes difundido na mídia no começo dos anos setenta pelo Ministério do Interior (PESSÔA, 2014), chamando os empresários à colaborarem com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) na

---

<sup>1</sup> O artigo apresenta considerações iniciais que fazem parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS/USP), que tem como objeto a participação negra durante a Guerrilha do Araguaia, considerando-se as relações estabelecidas na construção do episódio por parte de sujeitos ligados tanto às Forças Guerrilheiras do Araguaia, quanto ao campesinato negro (GOMES, 2015) que viviam na região, bem como as Formas Armadas.

<sup>2</sup> UNIFESSPA, Doutorando pelo PPGHS/USP.

implementação do Plano de Integração Nacional (PIN)<sup>3</sup>, que tinha ainda entre o arsenal de slogans da propaganda governamental o conhecido lema: “Amazônia: uma terra sem homens para homens sem terra”.

É sabido que foram muitos os que brasileiros habitantes de outras regiões, sobretudo do Nordeste, que acabaram se deslocando para o Norte a partir da promessa de facilitação do acesso à terra pelos governos militares, sobretudo durante o governo Médici. No entanto, como nos lembra Ianni (1979), já estava em curso na região, em especial no Norte do atual Tocantins e Sul e Sudeste do Pará, um processo de migração espontânea, onde, antes mesmo de serem “chamados” pelo governo, milhares de camponeses já efetuavam, ao seu modo, a sua própria reforma agrária, ocupando as terras “devolutas”.

Segundo Ianni essa migração preocupava os governos militares, e passara a ser habilmente combatida por meio de uma *contra-reforma agrária*. Hoje, sabemos os efeitos daquela política governamental, que acabou em pouco tempo abandonando a ideia de facilitar o acesso à terra às populações pobres do Nordeste — e, com isso, diminuir as tensões sociais no campo naquela região, que haviam dado as bases para a organização das Ligas Camponesas alguns anos antes — e passar a agir como um fomentador do latifúndio durante a “ocupação” da região amazônica, compreendida como um “vazio demográfico”.

Esses migrantes, que seriam vistos como “massa” a ser conquistada politicamente pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) instalados na região desde 1966, vieram para o Bico do Papagaio, como era conhecida a zona de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, e dos estados do Maranhão, Goiás e Pará, em busca do acesso à terra, juntando-se aos que ali já residiam, sobretudo grupos indígenas e descendentes dos migrantes afixados durante o avanço das *frentes de expansão* (VELHO, 2013)<sup>4</sup> que marcaram as relações econômicas e sociais do local a partir do final do século XIX e início do século XX.

---

<sup>3</sup> Criado em 1970 pelo Governo Médici, tinha como carros chefe, como nos lembra Braga (2012) a Rodovia Transamazônica. Ainda segundo o mesmo autor o programa fora “forjado com a prerrogativa de utilizar recursos públicos para promover a integração da região Norte ao resto Brasil e levar um relevante quantitativo de trabalhadores oriundos do Nordeste para a região amazônica. Fato que em tese melhoraria a vida dos migrantes e garantiria o desenvolvimento amazônico” (Id. Ibid. p. 19).

<sup>4</sup> Os camponeses viriam a dar corpo às frentes de expansão, que desde o início já contavam com grande número de afrodescendentes. Entre as *frentes* que viriam a tomar corpo na região onde acabaria se desenvolvendo a Guerrilha do Araguaia, Velho (2013) destaca a pastoril, extrativista (caucho, castanha), mineradora (ouro, diamantes, ferro) e agrícola, e/ou atuar nos grandes projetos, como a construção da Rodovia Transamazônica. É importante observar que até o final do século XIX, afora os diversos grupos indígenas que ocupavam a região, o local era constituídos por alguns pequenos núcleos urbanos, o que viria a se transformar com a instalação de pequenos projetos missionários ou de cunho agropastoril, até ser atingido por uma maior aceleração da ocupação não indígena, a partir das referidas *frentes*, tendo destaque inicial aquela efetuada entre o final do século XIX e início do século XX, relacionada à retirada do látex.

Mas onde entram os negros, anunciado no título do artigo, nessa história? Estavam eles entre grande parte<sup>5</sup> dos maranhenses, goianos, piauienses, mineiros, e sujeitos oriundos de outros estados, sobretudo do Nordeste, que ajudavam a dar corpo ao novo impulso de expansão demográfica da região<sup>6</sup>. Mulheres e homens que não vinham, como ocorrera em grande medida nas gerações anteriores, no fluxo do trabalho extrativista, marcado pelas migrações sazonais, mas que naquele momento viam uma possibilidade de se estabelecer com a sua família, construir novas formas de subsistência, e desempenhar novos papéis sociais<sup>7</sup>.

Recentemente, a comissão da Verdade de São Paulo publicou relatório que chama atenção para a atuação dos negros no período da Ditadura Militar, dando ênfase para os militantes negros que se contrapuseram ao regime. O relatório também fez alusão aos impactos, ainda pouco estudados, das ações do regime contra as populações negras, maioria entre a camada mais pobre da população:

A oposição ao golpe militar no Brasil não se limitou a setores da classe média urbana de maioria étnica branca; a presença negra no movimento de combate ao regime foi também expressiva. Dentre os mortos e desaparecidos figuram nomes de militantes de origem negra. Afora isso, por serem maioria entre os mais pobres, os negros eram os maiores atingidos pelas políticas autoritárias do período (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, s/p).

Consideramos que o Araguaia se constitua como um episódio que ajuda a lançar melhor entendimento não apenas como os negros foram atingidos pelas políticas autoritárias da Ditadura, mas também quanto às suas ações e significações em relação a tais políticas, não elidindo os seus papéis como sujeitos. Os episódios vivenciados por eles na Amazônia Oriental conectam-se à dimensão mais ampla da história da busca pela cidadania por parte das

---

<sup>5</sup> Ao tratar de Conceição do Araguaia - PA, por exemplo, um espaço por onde circularam os guerrilheiros, Ianni (1978) pontuou que em 1940, a população daquele município era composta por: 1357 brancos, 845 pretos, 2262 pardos (boa parte provavelmente de origem indígena e afro-indígena), 1 amarelo e 20 não declarados. Em 1950, os números para o município são os seguintes: 2656 brancos, 1482 pretos, 2158 pardos e 26 não declarados.

<sup>6</sup> Silva (2006, p. 54) afirma, quanto às migrações negras do baixo Tocantins e do Maranhão para Marabá, situado no Sudeste do Pará, que “muitos migrantes que de lá vieram para Marabá eram negros, que trouxeram sua contribuição cultural, pois, encontramos nas práticas e valores culturais veiculados em Marabá relações com as tradições daquela região. Os migrantes maranhenses ainda hoje continuam sendo uma frente de migração negra para o sudeste do Pará. Portanto, uma população de trabalhadores(as) que protagonizaram a história local, mas que tem sofrido um processo de invisibilidade ou tem sido vista através de estereótipos”.

<sup>7</sup> Vasconcelos (2018, p. 13), ao tratar das memórias construídas sobre a Guerrilha no município de Brejo Grande do Araguaia – PA, trata de alguns dos personagens negros que, duas décadas antes da Guerrilha, deram início ao primeiro aglomerado do que viria a se constituir como o município de Brejo, localidade que “começou a ser povoada nos fins da década de 1950, sendo o primeiro que andou por essas terras e estabeleceu um ranchinho, o Sr. Raimundo Guará, que era seringalista e caçador. Convidado por ele veio depois o Sr. Raimundo Evangelista da Silva, conhecido como Raimundo ‘Nego’ e sua esposa Maria do Carmo da Silva, conhecida como Maria ‘Nega’ fixando moradia aqui. Os filhos que tiveram foram os primeiros filhos de Brejo Grande do Araguaia. Tempos depois, chegaram à localidade algumas pessoas vindas de Bela Vista, atual Estado do Tocantins. Essas pessoas eram lideradas pelo então Raimundo Nego”.

populações negras no Brasil republicano. Busca que, em meados do século XX, incluía fortemente os membros de um *campesinato negro* (GOMES, 2015) que optaram por fazer um movimento distinto do êxodo rural que marcara o período, onde para muitos o horizonte de expectativa estava atrelado à vida urbana. Inversamente, foram muitos os que acabariam efetuando migrações onde se buscava a reconstituição da vida no próprio espaço do campo<sup>8</sup>.

As fontes orais e audiovisuais se tornam meios importantes para problematizarmos tanto episódios relativos a atuação de alguns desses camponeses negros durante a Guerrilha, quanto as suas ressignificações sobre o que fora vivenciado por eles ou pelos seus familiares.

A *História Oral* (ALBERTI, 2005) fora a metodologia utilizada para a produção de fontes orais contendo relatos de memória acerca das vivências e experiências tidas por alguns homens e mulheres negros que viveram aquele contexto, sobretudo no município de Brejo Grande do Araguaia-PA.

Nesse sentido, serão apresentadas considerações a partir das narrativas de duas mulheres, que mais do que viúvas de homens que foram aprisionados, torturados e acabaram colaborando com os militares na busca pelos guerrilheiros, têm significações próprias sobre suas experiências familiares durante o desenvolvimento da Guerrilha. Como destaca Alberti, a História Oral é uma metodologia que possibilita o trato com o fascínio do vivido. Em suas palavras:

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes (ALBERTI, 2003, p. 1).

Também acionamos outras fontes, que trazem relatos de alguns camponeses negros que já haviam dado seu testemunho em documentários, livros e publicações jornalísticas sobre a Guerrilha. O cruzamento de fontes possibilita que as vivências e experiências narradas sejam consideradas em confluência com as outras informações tidas não somente sobre a Guerrilha, mas sobre as frentes de expansão e migrações para a Amazônia Oriental efetuadas nos *anos de ouro/chumbo*. Permitem, do mesmo modo, lançar olhares sobre uma conjuntura mais ampla,

---

<sup>8</sup> Embora não tomem como objeto especificamente o campesinato negro, alguns estudos sobre a Guerrilha têm possibilitado uma maior compreensão sobre os papéis dos camponeses durante o episódio, permitindo uma melhor análise sobre as dinâmicas no conflito no âmbito local, e indo além de abordagens mais focadas nas atuações dos guerrilheiros e dos militares. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Silva (2008), Mechi (2012), Campos Filho (2012). Corrêa (2013) e Reis (2013). Para um balanço sobre a historiografia da Guerrilha do Araguaia e da luta armada ver Sales (2015).

relacionada com a busca por cidadania das populações negras, na cidade e no campo, naquele período.

Para a interpretação dos relatos de memória será fundamental as compreensões sobre a memória coletiva. Halbwachs (2006) nos mostrou que toda memória é seletiva. Pollack (1989), aprofundou essa compreensão ao tratar dos processos de reificação de determinadas memórias, e demonstrar como as memórias de grupos marginalizados, inicialmente reproduzidas de forma *subterrânea* devido à opressão de grupos dominantes, muitas vezes acabam vindo à tona em contextos de maior abertura política. Nesses casos, em sua visão, importa observar não somente a memória social como coisa, como algo já dado, mas como ela se transforma em coisa, atentando-se para a sua historicidade. Como nos lembra esse autor ao tratar da função do *não-dito*, e da das estratégias de *silenciamento* e *enquadramento* das memórias:

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado (POLLACK, 1989, p. 8-9).

Quanto à relação entre memórias e experiências traumáticas, Portelli, por sua vez, ao tratar as memórias do massacre de Civitella Val di Chiana (1944), na Toscana-ITA, lembra-nos de que o pesquisador não deve se sentir paralisado frente às experiências de violência e dor, como ocorre com os relatos e vivências dos sujeitos em relação ao Araguaia, mas sim, “após recebido o impacto, respirar fundo, e voltar a pensar” (1996, p. 106). Em suas palavras:

É exatamente porque as experiências são incontáveis, mas devem ser contadas, que os narradores são apoiados pelas estruturas mediadoras da linguagem, da narrativa, do ambiente social, da religião e da política. As narrativas resultantes – não a dor que elas descrevem, mas as palavras e ideologias pelas quais são representadas – não podem, como devem ser entendidas criticamente (POTELLI, 1996, p. 106).

Serão apresentados relatos das senhoras Lídia Francisca da Luz, Maria da Soledade Dias, acerca das experiências suas e de seus maridos durante os anos finais das décadas de 1960, no período da Guerrilha e nos anos que a sucederam.

São elas viúvas, respectivamente, de Porfírio Vaz de Azevedo e Pedro Pinheiro Dias (Pedão). Algumas narrativas de outros personagens serão também discutidas, permitindo, ainda que tenhamos poucas informações sobre alguns deles, para além da mera caracterização de *bate-paus*, no caso daqueles que passariam a colaborar com as Forças Armadas, ou do silenciamento constituído sobre suas trajetórias.

## **Chegada ao Pará**

Lídia e Maria Soledade já haviam dado entrevistas sobre o tema da Guerrilha a outros pesquisadores quando efetuamos os primeiros contatos, em meados do ano de 2017. Lídia é citada no trabalho de Corrêa (2013) e Soledade, inclusive, aparece dando depoimento no documentário que conta a história de vida do guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão (1938-1974), líder do destacamento B da Guerrilha (OSVALDÃO, 2014).

As entrevistas foram realizadas em suas residências, em Brejo Grande do Araguaia, sendo os entrevistadores o autor deste artigo e a então estudante de graduação Mônica Vasconcelos<sup>9</sup>, que fazia trabalho monográfico sobre as memórias da Guerrilha naquela localidade<sup>10</sup>. Foram efetuadas entrevistas semiestruturadas, a partir das modalidades História Oral Temática (ALBERTI, 2005), mas deixando o máximo possível o espaço para que ambas narrassem suas experiências e de seus familiares.

Apesar de ambas serem viúvas e de seus maridos terem sido presos, torturados e terem acabado atuando como mateiros para o Exército durante a busca aos militantes do PCdoB nas matas paraenses, suas trajetórias apresentam pontos de distinção, em destaque no que se refere as questões religiosas. Enquanto Lídia é umbandista e mantém um terreiro ligado a Cabocla Jacira<sup>11</sup>, sua guia, Maria Soledade, atualmente, é evangélica, embora junto com o marido seja associada (especialmente ele) as práticas ligadas as religiões de matriz afro, a exemplo do Terecô, religião originária do Maranhão, hoje em dia bastante estigmatizada na localidade e mesmo em seu estado originário<sup>12</sup>.

Maria Soledade nasceu no Maranhão e mudou-se aos nove anos para o estado de Goiás. No início da década de 1960, após o pai ser assinado em São Geraldo do Araguaia - PA, por motivos desconhecidos, a mãe migrou com os cerca de dez filhos para a cidade paraense de Marabá, mas logo acabou tendo que procurar um outro lugar de moradia:

---

<sup>9</sup> Sua presença facilitou o contato com ambas, seja no que se refere ao agendamento das entrevistas, seja no que diz respeito a uma maior abertura durante os diálogos. Além de aproximações possíveis quanto ao gênero, também se faz presente o fato de morarem no mesmo município, que conta atualmente com pouco mais de sete mil habitantes (VASCONCELOS, 2018) e já serem conhecidas (Mônica e Maria Soledade são vizinhas).

<sup>10</sup> Ver Vasconcelos (2018).

<sup>11</sup> Ver a respeito Corrêa (2013) e Luiz (2017).

<sup>12</sup> Sobre as relações entre o Terecô e a Guerrilha ver Luiz (2017). Para um maior conhecimento do Terecô, ver Ferreti (2000).

(...) aí ela resolveu procurar um lugar mais, interior pra poder trabalhar, porque lá em Marabá era muito difícil nessa época, logo nessa época só era a Velha<sup>13</sup>, não tinha o nome e nem a cidade nova Marabá. Aí a minha mãe resolveu vim pro interior pra ver se era mais fácil acabar de criar os filhos. Mas minha mãe sofreu demais pra criar os filhos tudim, e a maior que tinha era eu. E tudo era plantado. E nessa época não tinha bolsa família, não tinha aposentadoria, pra dizer assim que nem agora né. Mas nessa época não tinha, sofreu demais pra criar os filhos (DIAS, 2017)<sup>14</sup>.

Ela conta que ao chegarem na atual região de Brejo Grande, apenas oito pessoas moravam ali. Alguns anos depois, aos 19 anos, casara-se com seu Pedão, em meados dos anos 1960, com quem viera a ter quatro filhos. Lídia viera do Goiás para Brejo no mesmo período, já casada (desde 1955) com Porfírio. As motivações familiares para a sua migração, no entanto, foram distintas da família de Maria Soledade:

(...) é porque, aqui no Pará a mata era melhor pra trabalhar. Tinha mata. No Goiás as mata era mais pouca, não é? Aí ele veio vigiou por aí e achou bom. Disse que tinha uma mata boa pra gente fazer roça e trabalhar. Aí tirou um pedaço. Logo que era comum, ninguém era dono. Na beira de uma grota era até seca, que eu quebrei coco perto dela. Aí nós fizemos uma roça na beira dela aí deixou a beirada. Quando tava com ano que nós morava lá essa grota tava correndo ponta a ponta de água, água mais cristalina do mundo (LUZ, 2017).

Não sabiam ainda os moradores que junto com eles também estavam migrando para a região militantes do PCdoB, que tinham um objetivo de implementar, num momento futuro, uma ação guerrilheira na região, sob inspiração do maoísmo e da concepção de *guerra popular prolongada* (CAMPOS FILHO, 2012). Para tal precisavam, inicialmente, conhecer em profundidade a região, seja no que se refere as características geográficas, seja no que diz respeito às características da população, afinal, entendiam que a guerrilha rural deveria, sob a liderança vanguardista do partido, ser efetivada pela grande adesão dos camponeses.

Por isso, precisavam executar com profundidade a aproximação com os moradores. O primeiro a chegar na região, em 1966, o mineiro Osvaldão, acabaria sendo um dos que mais havia conseguido se aproximar da população, mesmo antes da Guerrilha, sendo visto até 1972 como mais um migrante, igual aos outros<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> O aglomerado mais antigo, chamado hoje em dia de Velha Marabá. Na década de 1970 seriam constituídos dois outros núcleos urbanos, chamados de Nova Marabá e Cidade Nova. Marabá, maior cidade do Sudeste do Pará, continua sendo uma das referências para a cidade de Brejo Grande, que está sob a sua zona de influência. A distância entre as cidades é de cerca de 100km.

<sup>14</sup> As informações sobre as fontes constam ao final do texto, junto as demais referências e fontes.

<sup>15</sup> Antes do que viria a ser denominado, já durante os combates, de Forças Guerrilheiras do Araguaia – FOGUERA, completar o seu planejamento e apresentar à população os motivos que os levaram até o Araguaia, os serviços de inteligência militar descobriram a presença do que denominava de “subversivos” na região. Os militantes optaram por dar prosseguimento à sua atuação e, diante da investida massiva dos militares, a dar início à luta armada. Ao

Ambas tiveram contato com Osvaldão antes de iniciada a Guerrilha. Lídia lembra mesmo de um episódio cômico envolvendo o guerrilheiro:

Conheci o Osvaldão uma vez, lá na Araguaia, dessa vez que nós vimos ele até uma mulher que pediu um radim que ele tinha, “negão me dá esse rádio aí?” ele falou assim “deixa esse rádio parir que eu te dou o fi dele” (risos). Pois é, e outra vez ele comprou uma quarta de farinha na mão do Porfírio, mas aí foi na Palestina que ele trazia farinha pra vender né e ele comprou. Ele andava por tudo lugar, não é? Ninguém tinha nada com ele (LUZ, 2017).

No trecho abaixo é reproduzido um relato de 1978, uma das primeiras a tratar da Guerrilha do Araguaia, através da divulgação de documentos, entrevistas de ex-guerrilheiros, como o futuro deputado federal José Genoíno Neto, e com outros personagens do conflito. Um deles fora o senhor Alexandre de Oliveira, homem negro de sessenta anos, também moradora das proximidades de Lídia e Maria Soledade (na OP-3), e que servira como guia do Exército. Consta na publicação informações sobre:

Outro ex-guia: Alexandre de Oliveira, um negro de 60 anos, hoje morador da OP-3. Seus gestos são teatrais. Cabelos grisalhos, demonstrando satisfação em contar as histórias daquele tempo. ‘Eu vim do Maranhão aqui pro Pará em 1967. Depois da guerra fui colocado neste lote (...). A guerra eu acompanhei de ponta a ponta. Quanto começou nós não sabia quem era os ‘bichos’ da mata [guerrilheiros]. Tudo era o mesmo. *Sabe como é, nós vivia embolado com eles e não sabia quem era o bom e quem era o ruim.* Mas, depois que força [as Forças Armadas] passou e deu conhecimento, nós abrimos fora, porque pensamos: ‘Não, esse caminho aqui não tá bom para nós’ (DÓRIA *et al*, 1978, p. 70, grifo nosso).

Alexandre, assim como Lídia, Maria Soledade, Porfírio, Pedão e tantos outros era mais um migrante que acabaria vivenciando a guerrilha. Como os dois últimos, havia sido guia. Os guias eram conhecidos como *bate-paus*, e apresentavam em geral uma grande habilidade de locomoção e rastreamento por entre as matas, espaços que conheciam muitas vezes como as palmas das mãos, não só por serem os caminhos utilizados para a caça e para o trânsito entre as localidades, mas também, no caso de muitos, para a retirada da castanha e de outros produtos a partir do extrativismo.

Note-se que Porfírio, como sinaliza Lídia, migrara do Goiás com a esposa após já estar vigiando um pedaço de terra que lhes possibilitasse melhor subsistência. Suas habilidades junto à mata, porém, acabariam sendo utilizadas para propósitos que ele até então desconhecia.

---

todo, cerca de setenta militantes do PCdoB se envolveram com as ações guerrilheiras no Araguaia, sendo seguidos por um pequeno número de moradores locais. Deste, apenas um número muito reduzido sobreviveu aos combates, sobretudo aqueles que haviam sido presos no primeiro ano. Ver a respeito Campos Filho (2012) e Corrêa (2013).

### **“Aí depois lá vem, lá vem, o rebuliço da Guerrilha”**

Porfírio e Pedão seriam presos junto a inúmeros outros sujeitos após o início dos conflitos, em 1972. E, mais do que isso, seriam brutalmente torturados, sob a alegação de serem parceiros dos guerrilheiros, numa ação que visava, mais do que isso, enfraquecer a simpatia que a guerrilha tinha entre a população. Se as “massas” não acompanharam os guerrilheiros quando iniciados os combates, nem ajudaram a colocar “fogo nas pradarias”, como apregoado na doutrina maoísta, isso não quer dizer que não tenham apresentado, no caso de muitos moradores, uma visão positiva sobre eles.

Tanto que os militares colocaram em prática, ainda no final de 1972, a Ação Cívico-Social (ACISO), buscando obter maior apoio da população, enquanto reformulavam suas ações, que viriam no ano seguinte a provocar o cerco e aniquilamento da Guerrilha (CAMPOS FILHO, 2012).

Maria Soledade conta que logo após o início dos conflitos, seu marido fora levado, por ter nome e fisionomia semelhantes ao do Osvaldão, bem como por ser acusado de ser um colaborador do “povo da mata”, como os guerrilheiros passaram a ser chamados pela população quando saíram dos lugares em que moravam e se embrenharam na floresta:

Ai depois lá vem, lá vem, o rebuliço da Guerrilha, e nós lá nesse lugar que nós tava morando, aí foi logo logo eles prenderam meu marido, eles dizem no dizer dele que eles tinham uma suspeita que meu marido tinha muito contato com o povo da mata, porque nós morava na roça e eles achavam que a gente tinha contato com eles. Mas só que nós não tinha, a pessoa que nós tinha, a pessoa que nós tinha contato era com o Osvaldão, mas porque nós não sabendo que ele era envolvido (DIAS, 2017).

Porfírio também fora preso e torturado, ao menos duas vezes, assim como ocorrera com Pedão, sob as mesmas acusações. Segundo Lídia:

Eles pegaram a primeira vez e levaram. Passou 5 dias lá preso sem comer, quando eles soltaram ele, disseram assim ‘olha vai embora, mais não vai embora de lá não’. Trouxeram ele. Chegou chorando. Morto de fome. Já pensou a pessoa a 5 dias acostumado a comer, almoçar e jantar e passar 5 dias sem comer, e chorando? Não tinha comido nadinha. Na estrada logo o povo conhecido deram de comer pra ele. Disse que ele suou que a mulher paniu um pano pra enxugar, da fome. Disse que foi uma fava que ele comeu, de fraqueza (LUZ, 2017).

Na segunda vez que fora preso não seria muito diferente o tratamento dado a Porfírio:

Menino, eles batiam nele que o sangue ficava pregado nas paredes. Sentado no chão. Quando eles largaram de bater, que ele deitou no chão pra levantar, precisava dos outros levantar. Levavam café pra ele, que ele bebia vomitava o café junto com sangue. Aí os outros presos diziam: ‘Olha doutor. Esse

homem bem aí que esta deitado desse jeito, se vocês não aplicar um remédio nele, ele vai morrer. Não vai custar. Porque ele só tá vomitando sangue. E eles começaram a tratar dele (LUZ, 2017).

Com seus maridos presos pelos militares em bases como as de Xambioá (atual Tocantins), Bacaba (localizadas na proximidade de Marabá) e no presídio de Marabá, as mulheres tinham que cuidar muitas vezes sozinhas da manutenção do restante da família. O que, em alguns casos, como no de Maria Soledade, era agravado pelo fato de se encontrarem de resguardo:

Aí eu fiquei lá mais minha mae, ganhei menino, terminei o resguardo e ele sem aparecer, ele sumiu no mês de setembro, quando eu vim ver ele foi dia 13 de dezembro, já tinha ganhado menino, já tinha acabado a dieta. E sem saber dele, e sem saber dele, sem dinheiro e sem nada. Tudo que nós tinha acabou-se pra lá, tudo que nós tinha, as coisas que nós tinha, acabou-se tudo. Tinha só mesmo as pessoas, só eu e os quatros filhos, sem casa, sem marido, moço! Só Jesus! (DIAS, 2017).

Mesmo depois do retorno do marido, segundo ambas narraram, as dificuldades não passaram. Segundo Lídia, Porfírio teria ficado com o que podemos compreender como sequelas físicas e psicológicas durante o restante da vida, de modo a sempre que abraçado por um amigo, vir a reclamar de dor junto a ela. Para ela, foram irrisórios os cento e quarenta mil reais que o seu marido recebera, já idoso, na condição de anistiado político do período da Ditadura, como indenização das violações sofridas.

Maria Soledade, cujo marido falecera em 1999 e não chegara a receber qualquer indenização, narra que também teve problemas decorridos do contexto da Guerrilha:

Eu sentia raiva do sofrimento que eu passava, Mônica. Eu passava muita fome. Ainda perdi dois filhos depois que acabou a guerrilha porque quando terminou nós não tinha nada pra comer. Nós só não chorava de fome porque Deus não dava licença mas a gente. (...) Tu já pensou tu ter teus filhos e amanhecer o dia tu olha pra um lado olha pro outro não ter um real no bolso. Não ter um emprego. Tu não tem aonde tu ir atrás. Eu com 6 meses eu passava o dia todinho no mato com minha menina de 6 meses de nascida. No mato, Mônica, quebrando coco com ela no mato pra mim poder sobreviver porque não tinha outra solução (DIAS, 2017).

Findos os conflitos os homens sobreviventes que acabaram servindo como guias, em grande medida depois de terem sido presos e torturados, mas em alguns casos também por uma colaboração mais espontânea com os militares, acabaram ganhando porções de terra, como ocorrera com o senhor Alexandre, citado acima, próximo das estradas operacionais abertas pelo Exército durante o combate aos guerrilheiros. O que era uma forma de incentivo, mas também de vigilância.

Nos anos seguintes aquelas mulheres e homens tiveram que se reorganizar na região. A busca pela cidadania não estava abortada, mas tinha que ser reorganizada num contexto em que, afora os traumas e humilhações sofridas, boa parte haviam perdido as terras que cultivava, seja devido aos deslocamentos promovidos pelos militares, seja por meio da ação de grileiros, que contavam com o apoio do Estado no acúmulo de terras, visto com bons olhos também no sentido político, por não possibilitar grandes aglomerados populacionais com alguma certa autonomia, como aqueles que eram alvo de ações como as do PCdoB.

Como discutimos em outro momento (LUIZ, 2017) para Lídia, assim como também ocorrera com Pedão e outros personagens relativos à Guerrilha, a atuação religiosa acabaram dando maior sentido a reestruturação de muitos dos camponeses, negros ou não, alvo das ações dos militares. A umbanda, a pajelança, mas também o catolicismo popular, e mesmo os cultos evangélicos passariam, com o passar do tempo, a ser, literalmente, elos de (re)ligação e reconstituição de trajetórias. Relata a umbandista:

(...) comecei a trabalhar com meus guias, e eu ganhava dinheiro, o povo chegava e dizia assim “Dona Lídia eu queria que a senhora faça um serviço”, ou logo aparecia uma pessoa doente que queria fazer uma consulta pra saber, e fazia a consulta e o guia dizia certim e curava mesmo, e aó eu fui ganhando dinheiro, ganhando dinheiro até que ele aposentou e eu aposentei, pronto! Me ajudaram muito os trabalhos que com os orixás, me ajudaram muito, muito (LUZ, 2017).

Enquanto Lídia evocava os seus Orixás, Porfírio tentava a vida no garimpo da Serra Pelada, sem abandonar o trabalho com a terra, assim como ocorrera com Maria Soledade e Pedão. Naquele momento, o Brasil iniciava sua transição para a democracia, embalado por campanhas pela anistia, pelas Diretas Já, pela promulgação da nova constituição e por outros marcos que sinalizavam o fim da ditadura e o começo de um novo regime político; regime este que seria ainda marcado por diversos episódios de violência, nos espaços do campo e nas periferias das grandes cidades, justamente aqueles locais com forte presença das populações negras e pobres; mostrando, mesmo nos dias atuais, que, talvez, ainda não tenhamos aprendido o suficientes com episódios como os da Guerrilha do Araguaia, vindos de outros tempos, que as vezes cismamos em querer repetir.

## Referências

ALBERTI, Verena. O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. 4 f.

- \_\_\_\_\_. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ANITA GARIBALDI. *Guerrilha do Araguaia: 1972-1982*. São Paulo: Ed. A. Garibaldi, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo: Ed. A. Garibaldi, 2005.
- BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas, v. I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. Escavando e recordando. In: BENJANIM, Walter. *Obras escolhidas, v. II: Rua de mão única*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 239-240.
- BRAGA, Magno Michell Marçal. *Br 230, nordestinos na rota transamazônica: a trajetória dos migrantes no Estado do Pará (1970-1974)*. Recife, 2012. 135 f. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2012.
- CAMPONESES DO ARAGUAIA: a guerrilha vista por dentro. Direção: V. Fernandes. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. 73 min.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- CORRÊA, Carlos Hugo Sudart. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*. 2013. 619 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório: Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros*. Disponível em: <[http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomoi/downloads/I\\_Tomo\\_Parte\\_2\\_Perseguiacao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomoi/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguiacao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf)>. Acesso: jun. 2017.
- DÓRIA, P. et al. *História Imediata: A Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- DIAS, Maria Soledade. Depoimento à Janailson Macêdo Luiz. Áudio. Brejo Grande do Araguaia-PA, mai. 2017. 1h07min.
- ESCOLA ELDORADO. Direção de V. Lopes. Rio de Janeiro: TV Zero, 2009. 13 min.
- FERRETI, M. M. R. *Encantaria de "Barba Soeira": Codó, capital da Magia negra?* São Luís: CMF, 2000.
- GOMES, F. dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- \_\_\_\_\_. "No labirinto dos rios, furos e igarapés": camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX", *História Unisinos*, v. 10, n. 3, 2006, p. 281-292.

- \_\_\_\_\_. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GRABOIS, M. *Diário de Maurício Grabois*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/grabois/1973/12/diario.pdf>>. Acesso: jan. 2015.
- IANNI, Octávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LUIZ, Janailson Macêdo. “*Minha irmandade, vamos se reunir*”: o Terecô e a Guerrilha do Araguaia. Disponível em: <<http://www.snh2017.anpuh.org/>>. Acesso: set. 2017.
- LUZ, Lídia Francisca da. Depoimento à Janailson Macêdo Luiz e Mônica Vasconcelos. Áudio. Brejo Grande do Araguaia-PA, mai. 2017. 1h33min.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar-ago 1988.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MECHI, P. S. *Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. 2012. Tese (Doutorado em História), Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.. 235-290.
- \_\_\_\_\_. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: Os Arquivos secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- OSVALDÃO. Direção: V. Fernandes *et al.* São Paulo: F. Maurício Grabois, 2014. 80 min.
- PETTA, Renata Lemos. *A memória dos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão”*: liderança, luta e resistência. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

- PEREIRA, Amilcar Araujo. *O mundo negro: Relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.
- PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Bispo comunista, padres subversivos: cristianismo de libertação e a luta camponesa no sul do Pará durante o período militar. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, 2014, p. 61-82.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.103-130.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. de Moraes; AMADO, J. (org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-102.
- SADER, Regina. Lutas e imaginário camponês. *Tempo Social: Ver. Sociol. USP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-125, 1. Sem. 1990.
- SALES, Jean Rodrigues. Guerrilha e revolução: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura Militar no Brasil. *Taller: Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina*, v. 4, n. 5, p. 87-109, 2015.
- SILVA, Idelma Santiago. *Migração e cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)*. 2006. 181f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2011.
- SILVA, Wellington Sampaio da. *A Guerra Silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia*. 2008. 146 f., Il. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2008.
- SANTOS, Andréa Cristina. *Ação entre Amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)*. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0115.pdf>>. Acesso: Ago. 2017.
- VASCONCELOS, Mônica de Almeida. *Memórias do Araguaia: Problematizando o ensino sobre a Guerrilha nas escolas de Brejo Grande do Araguaia – PA*. 2018. 115f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, PA, 2018.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.